

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.361 - SP (2019/0005619-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE** : ANA CAROLINA DE MOURA MORAES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : MATHEUS ERENO ANTONIOL E OUTRO(S) - SP328485  
DANIEL PAULO FONTANA BRAGAGNOLLO - SP346154  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

EXECUÇÃO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. ART. 1º, INCISOS I E II, ALÍNEAS "G" E "H", DO DECRETO N. 9.370/18. INDULTO ESPECIAL. RECORRENTE CONDENADA PELO ART. 33, **CAPUT**, DA LEI N. 11.343/06. VEDAÇÃO EXPRESSA. **NÃO CABIMENTO**. RECURSO DESPROVIDO.

I - Conforme firme jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, no exame do pedido de indulto ou de comutação de penas, deve o Magistrado restringir-se aos requisitos previstos no decreto presidencial, no caso, o **Decreto n. 9.370/18**, porquanto os pressupostos para a concessão da benesse inserem-se na competência privativa do Presidente da República. Dessa forma, qualquer outra exigência caracteriza constrangimento ilegal.

II - **In casu**, a recorrente foi condenada ao cumprimento de pena de 8 (oito) anos de reclusão pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, **caput**, e art. 35, ambos da Lei n. 11.343/06, sem o reconhecimento da causa especial de diminuição do tráfico privilegiado, tendo em vista o fato de dedicar-se à atividade criminosa, como reconhecido na r. sentença condenatória.

III - A inteligência da norma contida na alínea "g" do inciso II do art. 1º do Decreto é a de que será concedido o indulto especial às mulheres presas, em cumprimento de pena privativa de liberdade não superior a oito anos, às quais hajam sido reconhecidos, ao serem condenadas pelos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/06, a **primariedade**, os **bons antecedentes**, a **não dedicação às atividades criminosas**, a **não integração de organização criminosa** e o **redutor previsto no § 4º do referido artigo**.

IV - Objetivou-se, na norma, estabelecer uma exceção a uma regra que se subentende: não se aplica o indulto especial ao crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 da Lei 11.343/06, salvo quando, na sentença condenatória, tiverem sido reconhecidas cumulativamente as cinco circunstâncias discriminadas.

V - Não se cuida, portanto, ao contrário do que pretende o recorrente, de uma interpretação restritiva, de uma limitação arbitrária ou forçada do texto, nem se está a limitar ou reduzir deliberadamente a previsão da alínea "h" do inciso II do art. 1º do Decreto.

Recurso ordinário em **Habeas corpus** conhecido e desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Felix Fischer  
Relator

